

Distribuição de uma “Biblioteca Essencial de Literatura Madeirense” pelas escolas da RAM: legitimidade ou arbitrariedade curricular?

Jesus Maria Sousa & Carlos Nogueira Fino
Professores Universitários

Este artigo visa discutir, à luz de algumas teorias críticas do currículo, a legitimidade da elaboração e distribuição pelas escolas da Região Autónoma da Madeira, de um conjunto de mais de 100 títulos, agrupados sob a designação de “Biblioteca Essencial de Literatura Madeirense”.

INTRODUZINDO O PROBLEMA

O documento base de análise

Em 2003, começou a ser divulgado através do sítio oficial da Secretaria Regional de Educação da Madeira, um documento intitulado “Propostas e outros contributos para uma Biblioteca Essencial de Literatura Madeirense”¹. O referido documento, que se reclama imbuído do único propósito de “fornecer a todos os que se interessam pela literatura madeirense e, em particular, às Escolas da RAM, uma base de trabalho para a criação de uma futura Biblioteca Essencial de Literatura Madeirense”, é apresentado como o fruto de uma colaboração entre a Secretaria Regional de Educação, que se assume como “agente divulgador”, e a Associação de Escritores da Madeira (AEM), qualificada como “parceiro indispensável”, na prática, a autora do projecto.

O intróito do documento aponta a existência de “uma série de contributos que deverá ser levada em conta (e aí se denota o trabalho que, nos últimos anos, se tem feito na Região, neste sector cultural), constatando-se o surgimento de colecções literárias, publicações de volumes colectivos e de antologias de autores locais”, para contrariar o que qualifica de “opiniões adversas que, infundadamente, muitas vezes surgem no nosso meio”, opiniões adversas essas que não se detém a explicitar.

O documento termina como “uma relação de mais de cem títulos diferentes [...], indispensáveis à criação de uma Biblioteca Essencial de Literatura Madeirense (incluindo escritores não-naturais mas que abordaram genialmente o quotidiano do Arquipélago da Madeira), a qual poderá ser utilizada como semente para o estudo (nos estabelecimentos de ensino da nossa terra e na casa de cada madeirense) do já relevante manancial de obras que entre nós vêm sendo publicadas”.

Alguns nomes da lista...

Pondo de parte a referência a “opiniões adversas que, infundadamente, muitas vezes surgem no nosso meio”, que não é esclarecida no texto e talvez não seja mais que uma alusão sibilina de natureza política dirigida a incertos, é importante referir que, da lista

¹ Em <http://www.madeira-edu.pt/>. O documento, em formato PDF, está referido como tendo tido a última revisão em 31 de Outubro (página acedida em 30 de Janeiro de 2004).

dos autores incluídos na referida Biblioteca Essencial de Literatura Madeirense, fazem parte alguns nomes consagrados da literatura portuguesa, como Agustina Bessa-Luís, Natália Correia, Raul Brandão, Herberto Helder, Vitorino Nemésio, Ferreira de Castro, João Miguel Fernandes Jorge, António Feliciano Rodrigues (Castilho), João Rui de Sousa, António Ramos Rosa e José Agostinho Baptista, sendo que destes apenas dois são naturais da Madeira, ainda que a obra de ambos tenha sido integralmente escrita e publicada no continente. Fazem também parte da lista outros nomes provavelmente menos consagrados, como Ana Teresa Pereira, Helena Marques, Ângela Caires, Vergílio Alberto Vieira e Ernesto Rodrigues, este último muito mais conhecido como crítico literário, cuja relação com uma literatura madeirense, mesmo que esta exista, pode vir a revelar-se problemática. Além disso, a lista inclui ainda autores locais cuja obra literária nunca foi alvo de atenção criteriosa por parte da crítica, podendo inclusivamente ser questionável a justeza da sua designação como “escritores”.

Objectivos deste estudo

Por outro lado, o documento intitulado “Propostas e outros contributos para uma Biblioteca Essencial de Literatura Madeirense” está longe de ser neutro, quer no que se refere à consideração da existência de uma literatura madeirense, quer no que diz respeito à sua definição e conteúdo. Pelo contrário, o documento é portador de opções explícitas no primeiro caso e implícitas no segundo, sendo que essas opções, pelo facto de terem sido tomadas antes de qualquer discussão pública sobre o tema, e por estarem alojadas no sítio oficial da Secretaria Regional de Educação da Madeira, têm de ser entendidas como fortemente condicionadoras dos acontecimentos futuros sobre esta matéria.

Face ao exposto, são objectivos deste estudo os seguintes:

- a) questionar a pertinência da selecção dos autores, mediante auscultação, através de inquérito, de especialistas em literatura, escritores e jornalistas da área cultural da Região Autónoma da Madeira, na tentativa de clarificar o conceito de “literatura madeirense”.
- b) discutir, à luz de algumas teorias críticas do currículo, a legitimidade da determinação (curricular) de fazer incluir, pela via da decisão política, esta “Biblioteca Essencial de Literatura Madeirense” no acervo das bibliotecas escolares.

Pressupostos para a discussão

O arquipélago da Madeira é parte do território insular de Portugal desde o seu descobrimento em 1419 (ilha do Porto Santo) e 1420 (ilha da Madeira), tendo sempre sido estreitas as suas ligações com o continente. Esse estreitamento tem vindo a acentuar-se ao longo dos anos (hoje, existe mesmo uma espécie de ponte aérea a ligar ambos os lados do Atlântico) e, apesar de o arquipélago ter obtido autonomia política e administrativa no seio da República Portuguesa, parece consensual a ideia de que, apesar da existência de idiosincrasias próprias, os madeirenses têm vindo a desenvolver uma cultura local cujos traços se inscrevem na matriz comum da cultura portuguesa. Na Madeira fala-se português, nunca se desenvolveu nenhuma espécie de dialecto próprio, os costumes das suas gentes, não perdendo a sua tipicidade, não são substancialmente diferentes de costumes análogos de outras regiões do país, a religião esmagadoramente maioritária é católica romana, os traços fisionómicos dominantes são os mesmos que se

esperam encontrar no continente. Em suma, os madeirenses fazem parte do mesmo povo a que pertencem os portugueses do continente.

No que se refere propriamente à literatura, ao longo do tempo foram surgindo no arquipélago alguns nomes que fazem hoje parte, sem qualquer hesitação, da literatura portuguesa, desde o dramaturgo renascentista Baltazar Dias, a poetas actuais da importância de Herberto Helder ou José Agostinho Baptista, ou ficcionistas como Ana Teresa Pereira e Helena Marques. Do ponto de vista da literatura portuguesa, não é comum ouvirem-se vozes a recusar a inclusão destes nomes, a pretexto de que pertencem a outra literatura, a madeirense, cuja existência, é seguramente menos consensual.

Não pretende este trabalho pronunciar-se sobre literatura, nem, muito menos, tomar posição quanto à existência de uma literatura madeirense e, no caso de esta existir, o que é que a define. Pelo contrário, o nosso propósito é apenas mostrar que essa questão não é incontroversa; que, apesar de ser um assunto que nunca terá sido suficientemente aprofundado, há, hoje em dia, pessoas que defendem abertamente a existência de uma literatura madeirense e outras que rejeitam liminarmente semelhante possibilidade. E que, mesmo entre os que optam por considerar a sua existência, há pontos de vista divergentes quanto ao seu conteúdo, ainda que a maioria possa partilhar da impressão de que ela se inscreverá na matriz mais geral da literatura portuguesa.

O que pretende é questionar a razoabilidade de uma intervenção política a validar, ou em vias disso, uma opinião, ainda por cima atribuída a uma única entidade, e fazer dessa opinião o fundamento para colocar nas bibliotecas escolares da Região Autónoma da Madeira cuja opinião acreditamos ser essencial. As perguntas que lhes colocámos foram as seguintes:

OUVINDO VOZES AUTORIZADAS

Seis questões levantadas

Para se aquilatar a vastidão do campo de discordância em redor deste assunto, decidimos inquirir, através de e-mail, pessoas que trabalham na Região Autónoma da Madeira cuja opinião acreditamos ser essencial. As perguntas que lhes colocámos foram as seguintes:

Pergunta 1. O que é literatura?

Pergunta 2. O que é qualidade literária?

Pergunta 3. Quem a define?

Pergunta 4. Há literatura madeirense?

Pergunta 5. No caso de não haver porquê?

Pergunta 6. No caso de haver, quem e o quê lhe pertencem?

Foram contactados 8 docentes universitários, dos quais sete da área das línguas e literaturas, um jornalista cultural e três escritores, dos quais um também jornalista, num

total de 12 pessoas. Nove aceitaram responder, ainda que um deles de forma vaga², e as respectivas respostas foram transcritas, comparadas e analisadas. Eis o resultado:

O que é literatura?

Respostas à pergunta 1 “O que é literatura?”

- a) “É o texto que dá a ler a palavra numa dimensão que ultrapassa a sua superfície.”
- b) “A literatura não é um sistema fechado e homogéneo que serve as mesmas necessidades e os mesmos interesses de todas as pessoas em qualquer contexto sócio-cultural. Por ser um conceito aberto, a literatura não deve estar sujeita à tirania da definição. Porque definir, neste caso, é pôr limites e simplificar o que é extremamente complexo.”
- c) “Considerando a vertente estética implicada no objecto que o conceito preconiza, será literatura o corpus textual em que a palavra (nas suas dimensões semântica e física) é produzida e/ou recebida com uma função que transcende o imediatismo de um acto de comunicação meramente pragmático, assumindo um valor estético balizado (por analogia ou infracção) pelas normas aceites na comunidade que produz e naquela que recebe o texto.”
- d) “Literatura é a concretização, no necessário suporte da escrita (a base do desenvolvimento da nossa civilização) do gosto intrínseco do ser humano por ouvir e contar histórias e por verter em linguagem o que sente, pensa e observa, aspectos que, desde os tempos da mais pura oralidade, traduziram a necessidade da nossa espécie, gregária por natureza, de dar asas à imaginação, de reflectir sobre si própria, sobre tudo o que a rodeia e sobre a sua própria existência, e de partilhar essas suas reflexões com os seus pares, comunicando, buscando a verdade e o prazer da emoção e, ao mesmo tempo, proporcionando aos outros a oportunidade de conhecer essas suas tentativas de interpretar ou de, simplesmente, narrar.”
- e) Ver nota de rodapé nº 2.
- f) “Questão complexa pela polissemia do vocábulo. Texto onde se vislumbra a função estética da linguagem, com uma linguagem plurissignificativa, não dependente do contexto extra verbal, independente da espontaneidade, marcado por uma tradição técnico-literária e histórico-cultural, com uma verdade própria...”
- g) “A Literatura resulta de um trabalho intelectual e artístico sobre a palavra (tanto oral como escrita), quer num modo narrativo, num modo dramático ou num modo lírico... (neste último modo, incluo a palavra cantada...)”
- h) “Um conjunto de signos expressivos com múltiplos sentidos conducentes a uma “ambiguidade” que se representa pelo Mito através da palavra (verbo). A Literatura assenta no mesmo conceito genérico da Arte usando uma estrutura própria que é a Escrita.”

² “Respondo a todas as perguntas com uma citação que, embora referente à literatura, se aplica a todas as questões postas: «Se eu não tivesse a noção de que a única e verdadeira resposta à interrogação ‘O que é a literatura?’ consiste na confissão da impossibilidade de uma resposta, teria utilizado essa interrogação para título deste meu livro» A citação é tradução minha de uma das primeiras frases do livro *Fiction et Diction*, de Gérard Genette (Seuil, Paris, 1991)”.

i) “A literatura é o conjunto das obras esteticamente avaliadas como de arte literária e representativas da cultura de um povo. Quer seja erudito ou popular tem de obedecer aos cânones da qualidade e aos códigos da linguagem e da estética.”

Comentário: Em nove respostas, há apenas duas semelhantes, as que afirmam a indefinibilidade do conceito de literatura. As restantes, concordam em discordar, isto é, olhar para a questão segundo pontos de vista diversos e concluir diferentemente. Ora, esta constatação reforça a impressão de arbitrariedade que se colhe da leitura do documento intitulado “Propostas e outros contributos para uma Biblioteca Essencial de Literatura Madeirense”, quer pela sua autoria, atribuída a uma única entidade (Associação de Escritores da Madeira, cuja competência na matéria é, no mínimo, problemática), quer pela sua divulgação, através do sítio oficial da Secretaria Regional da Educação. De facto, o documento parece muito mais um ponto de chegada do que um ponto de partida para uma discussão que deve envolver muitos mais intervenientes qualificados para não ser arbitrário.

O que é qualidade literária?

Respostas à pergunta 2 “O que é qualidade literária?”.

a) “Questão extremamente complexa, uma vez que a sua abordagem depende da Escola teórica a considerar [...].”

b) “Todo o escritor, segundo Virgílio Ferreira, cria uma arte de ruptura, porque desconstrói as formas convencionais da linguagem. Um texto tem qualidade literária quando propõe uma nova linguagem, novas formas de conceber e de pensar as «dimensões» do mundo, inventivando o leitor a conhecer as outras margens da Vida.”

c) “Acto subjectivo [...], a percepção do valor (qualidade) literário de um texto reflectirá a capacidade de um enunciado para produzir um efeito de prazer intelectual medido no equilíbrio entre o cumprimento e a infracção dos códigos utilizados, bem como na sua competência para interagir civilizacional e intertextualmente.”

d) “A qualidade literária está directamente relacionada com a pureza, com a genuinidade dos textos. [...] Quem escreve com qualidade atingiu um estágio superior - conhece-se a si próprio, ou pelo menos busca ardentemente, seriamente, conhecer-se, e empenha-se verdadeiramente nisso, quer procurando dominar, a todo o custo, as técnicas do romance, da poesia ou do ensaio, por exemplo, quer buscando traduzir, da forma mais iluminada possível, o que sente, o que vê. O trabalho explica parte da qualidade, o talento, outra parte. E a força do desejo intrínseco de alcançar a perfeição justifica, por exemplo, a qualidade de certos poetas populares, que, privados de estudos, mesmo assim demonstram o empenho, o talento, a genuinidade, a iluminação.”

e) Ver nota de rodapé nº 2.

f) “A qualidade literária verifica-se em conformidade com o conceito de literatura. Se um texto se enquadra dentro daquilo que, em nosso entender, constitui literatura, então possui qualidade literária [...].”

g) “Sinto e Sei que há qualidade literária quando o texto vai muito para além daquilo que diz, quando o texto me prende a atenção pela forma hábil e original de como foi feito, com uma discursividade tão bem elaborada que não deixa as costuras à vista,

quando não experimento a sensação de “déjà lu”, quando o texto me ensina algo sobre o que é ser humano, me ajuda a compreender melhor o mundo em que vivo.”

h) “A Escrita não reproduz uma realidade. Representa-a. É na natureza do processo representativo que se desvenda a qualidade.”

i) “A qualidade literária ressalta de uma escrita sem desvios à gramática nos seus diversos eixos: fonética, morfologia e sintaxe. Quando há desvios deverão ser avaliados no contexto específico da obra, justificados pelos conteúdos – caracterização de personagens, linguagem na especificidade das expressões orais e ou outros. A qualidade literária abrange ainda outros itens como a imaginação, o ritmo, a respiração da palavra, a forma como o autor arrebatava o leitor no percurso da sua digressão literária [...]”

Comentário: Mais uma vez os inquiridos divergem: enquanto quase todos, ainda que cada qual à sua maneira, assumem a subjectividade da percepção literária, alguns tentam aportar elementos com alguma “objectividade” que não são partilhados pelos demais. Há quem fale da pureza e da genuinidade dos textos, ou de discursividade, ou ainda de desconstrução das formas convencionais da linguagem. Um dos inquiridos chega mesmo a sentir necessidade de referir a gramática como pedra de toque, ainda que não única, para aquilatar a qualidade literária dos textos, o que talvez possa fazer supor que quem responde dessa maneira já esteve em contacto com textos que, fazendo-se apresentar como literários, seriam portadores de desvios gramaticais. No cômputo geral, não existe consenso em redor de nenhuma noção de “qualidade”, o que torna ainda mais frágil a ideia de que o conteúdo dessa noção possa (deva) ser imposta de cima para baixo, ou mediante resolução, ou através de “proposta” que já vem pronta e que, caso não seja contestada, passa a valer como lei.

Quem a define?

Respostas à pergunta 3 “Quem a define?”

a) “A elite letrada de uma sociedade.”

b) “Deveria ser discutida e analisada num trabalho articulado por especialistas de diversos campos do saber (teoria e críticas literárias, mitologia, antropologia, sociologia, pedagogia, didáctica, etc.) que deveriam proceder a uma reflexão transdisciplinar do sistema literário.”

c) “Creio que a cada minuto de relação privada com a palavra, é o leitor que vai sentindo ou não a qualidade literária, quer considerando as características intrínsecas do texto, quer em função do contexto que envolve o momento de leitura, nas duas dimensões racional e emocional. No entanto, ao relativismo desta percepção, temos que opor um horizonte crítico diacrónico e civilizacionalmente inscrito no sistema literário por via da sistematização académica e crítica que se vai estabelecendo.”

d) “Mais uma vez, todos aqueles que genuinamente se interessam por literatura e, portanto, buscam ardentemente senti-la e conhecê-la, não se contentando com imediatismos ou definições fáceis. [...]. Os estudiosos, os críticos, os leitores ávidos e apaixonados, de alma profunda, que não se contentam com superficialidades. Os críticos, e, naturalmente, os próprios escritores que perseguem, eles próprios a qualidade não por motivos egoístas, mas porque algo dentro deles exige expressão, e que se interessam pelo trabalho dos seus pares.”

e) Ver nota de rodapé nº 2.

f) “Os leitores, os professores da especialidade, os críticos literários, os júris de prémios literários, os clubes e associações de escritores.”

g) “A crítica literária: na prática, são os universitários especialistas em Literatura, os intelectuais e eruditos, os jornalistas especializados e os próprios escritores quando se pronunciam sobre o trabalho dos seus confrades...”

h) “Considero que, não sendo possível defini-la, compete todavia aos críticos e estudiosos analisá-la segundo critérios científicos que abrangem várias disciplinas do conhecimento: A Estética, a Linguística, a Filosofia, etc.”

i) “Quem define a qualidade literária são aqueles que estão municiados dos instrumentos necessários à avaliação da arte na literatura – estudiosos da expressão literária que podem ser críticos literários, estudiosos universitários ou mesmo autodidactas [...]”

Comentário: Nenhuma das respostas admite uma definição de literatura pela via oficial. Pelo contrário, a maioria delas aponta para a intervenção de peritos e estudiosos e para uma participação colectiva. Mais uma vez resulta que a iniciativa que conduziu às “Propostas e outros contributos para uma Biblioteca Essencial de Literatura Madeirense”, ao acontecer de maneira top-down e ao ser portadora de uma (pelo menos) opção sobre o que é qualidade literária, não passa de uma arbitrariedade, por não ser (em) o(s) seu(s) autor(es) representativo(s) de um colectivo, além de dificilmente lhe(s) poder ser aplicada a designação de “perito(s)”.

Há literatura madeirense?

Respostas à pergunta 4 “Há literatura madeirense?”.

Um dos inquiridos não respondeu.

Três inquiridos respondem que não³.

Dos que responderam sim, apenas um assume esse sim sem mais comentários, os restantes referem

A sua “inscrição a jusante dos sistemas nacional e ocidental”;

Que “Sim, no contexto da Literatura Portuguesa”;

Que “Há literatura madeirense quando se fala em conteúdos [...]. Há também literatura madeirense na utilização dos signos que remetem para espaços próprios, recortes de certas paisagens, referências a certos tipos de flores, de comidas, de hábitos”;

³ Um desses inquiridos acrescentou que “Se calhar há uma literatura madeirense medíocre. A dos que estão, e estarão sempre, espartilhados por imperativos de obediência a referências insulares. O mar, o céu, as gaivotas, o sentimento do ilhéu e por aí adiante. Infelizmente, foram poucos os que souberam traduzir as especificidades originais da terra que os viu nascer de modo grandioso, ou seja, tomado como ponto de partida para textos de âmbito universal. A boa literatura tende sempre à universalidade, a romper com as barreiras. Por isso é que os melhores escritores madeirenses não se contentaram com o mar e com as gaivotas. Alguns foram embora. Outros vivem cá mas, se por acaso falam de mar e de gaivotas, também falam de muitas, muitas outras coisas. Outros agarraram-se desesperadamente ao maldito mar e às malditas gaivotas e, por vezes, aos açúcares, ao calhau ou às pedras da calçada”.

E um último considera ter já respondido à pergunta (afirmativamente) nos considerandos preambulares que produziu ao responder ao questionário⁴.

Comentário: E assim chegámos à questão essencial, em relação à qual as clivagens entre as opiniões se aprofundam. Entre os inquiridos não há consenso sobre a existência de uma literatura madeirense, e não será pela via da decisão política que ela passará a existir, ou não, como literatura. Como é evidente, as literaturas são construídas pelos povos, através dos escritores, à margem da decisão política, ainda que possam existir obras literárias empenhadas politicamente que fazem parte das várias literaturas⁵.

No caso de não haver porquê?

Respostas à pergunta 5 “No caso de não haver porquê?”

A esta pergunta responderam quatro inquiridos, ainda que apenas três tenham optado por negar a existência de uma literatura madeirense. Eis as respostas:

“Não existe debate contínuo nem difusão (falta de livrarias, editores, crítica e dinâmica de produção); Não há interação fecunda entre os escritores e o público leitor; Não há uma política de cultura educativa definida e estruturada que permita promover acções de sensibilização das especificidades do texto literário nos diferentes ciclos de ensino; Não foi criado um campo coeso de reflexão nos diversos meios de comunicação da Região; Seria, por isso, mais lúcido reconhecer que se trata ainda de «escritas diversas, com moldura» mas sem retrato literário.”

“Os madeirenses não produziram muitos grandes e bons escritores, de modo a haver quem lá fora se refira, positiva e não pejorativamente, a uma ‘literatura madeirense’”. Há quem queira desesperadamente criar artificialmente uma ‘literatura madeirense’ porque só num meio limitado e de liberdade intelectual cerceada por políticos ignorantes é que é possível chamar-se-lhes escritores. Há gente a quem alguns chamam escritores e poetas e que se limitaram a publicar meia dúzia de versos ou numa comunicação social medíocre ou nuns míseros opúsculos em edição de autor. A “literatura madeirense” é um modo de compensar o ego, ou de mostrar servilismo a uma obtusa casta política dirigente.”

“O ‘não haver’ literatura madeirense é uma questão pragmática e talvez não seja relevante. O que falta é conhecer e avaliar uma literatura (portuguesa) feita na ilha por autores residentes, que reflecte a envolvimento própria acima referida.”

“Eu acho que se pode dizer que há, sem fazer disso uma bandeira, porque é prático poder “situar” uma dada obra ou um determinado escritor, porque me parece que existe, de facto, um sistema literário na Madeira, embora com algumas deficiências em partes do circuito, e porque à luz da tão apregoada “descentralização”, gostaria de assistir à (e

⁴ Um deles referiu que “falar em Literatura Regional não me choca, porque o adjectivo “regional” tem apenas a função de me ajudar a situar ou a categorizar uma determinada obra literária. Policial, ficção científica, erótico, ficção financeira, histórico, gay... são as outras etiquetas possíveis para arrumar géneros ou sub-géneros numa prateleira de uma livraria ou de uma biblioteca. Mas isso tudo não deixa de ser Literatura afectada a um país, a uma cultura ou a uma comunidade organizada com um forte sentimento identitário, em que os seus membros partilham recursos e experiências comuns desde há muito, talvez desde há várias gerações”.

⁵ Por exemplo, “Até amanhã, camaradas”, de Manuel Tiago (Álvaro Cunhal), a trilogia “Os subterrâneos da liberdade”, de Jorge Amado, ou “O arquipélago de Goulag”, de Alexandr Soljhenitsyn.

até talvez de participar na) tomada de consciência que levasse a “marca Madeira”, como dizem alguns políticos, a mobilizar vontades e meios para elevar o nível cultural da Ilha, sem folclore para inglês ver, sem demagogias para consumo dos trogloditas locais, para dar profundidade intelectual e espiritual à experiência de vida que possamos ter na Ilha, de modo a alargar horizontes e a estimular a criatividade de nós todos que por cá andamos, de modo a podermos lucidamente acompanhar as voltas que o mundo dá...”

No caso de haver, quem e o quê lhe pertencem?

Respostas à pergunta 6 “No caso de haver, quem e o quê lhe pertencem?”.

A esta pergunta apenas um dos inquiridos não respondeu, o mesmo que negava liminarmente a existência de literatura madeirense:

a) “A sintonia dos sentimentos de uma comunidade relativamente à produção literária acaba por prevalecer nessa definição.”

b) “Alguns autores tentam tirar a Madeira do sótão do esquecimento literário ou da gaiola do provincianismo. É sobretudo na poesia que o imaginário madeirense se concretiza com maior projecção [...]”

c) “O efeito aglutinador de uma designação deste tipo gera inevitáveis desconfortos, tanto para os autores com vislumbres canónicos como para os agentes da crítica. Apesar da volatilidade de qualquer apreciação cronologicamente não distante do objecto de estudo, arrisco admitir a tendência de qualquer sistema em (auto?)construção: a inclusão selectiva de autores, temas e textos que o possam credibilizar. Do ponto de vista académico, diria que só a caução científica poderá legitimar os critérios usados, sejam eles quais forem [...]”

d) Não respondeu.

e) Ver nota de rodapé nº 2.

f) “Pertence à literatura madeirense toda a obra com qualidade literária que reflecta a realidade insular ou a ela se refira, ainda que não directamente (porquanto a função conotativa da linguagem é de grande importância para o conceito de literatura), escrita por quem nasceu ou vive nestas ilhas.”

g) “Neste caso, e aferindo pelos meus pareceres anteriores, há que enunciá-la pela qualidade tendo em conta a circunstância de residência dos seus autores. (Havendo madeirenses escritores a residir fora da ilha num contexto sócio-cultural diferente, não creio que as suas obras se insiram num conceito de literatura madeirense). A questão da temática não é também decisiva.”

h) “Quem pertence à literatura madeirense? Todos os que aqui escrevem e têm a ilha como raiz, como tronco a que encostaram a vida ou como adubo da terra onde repousam. Todos os escritores avaliados como tal – ESCRITORES. Em todas as suas obras perpassará decerto um fio que remete para um determinado tempo local, expressão ou vivência da ilha. Nomes que lhes pertencem? Competirá a um grupo alargado de estudiosos das literaturas fazer uma avaliação justa completa dos nomes que caberão na indicação cultural catalogada como literatura madeirense. [...] sinto-me incapaz desse juízo embora tenha a minha lista própria que gostaria de confrontar com outras listas.”

Comentário às respostas 5. e 6. Estes dois últimos conjuntos de respostas voltam a evidenciar a divisão de pontos de vista e a necessidade de se proceder a uma discussão alargada antes de qualquer tentativa de se “propor” pela via oficial seja o que for. De facto, não é ao poder político quem cabe instituir as literaturas, como não é ele quem deve instituir a arte e os critérios estéticos que a define. Quando os poderes caem na tentação, mesmo que por razões piedosas, de definir critérios artísticos, acabam sempre por criar, como subprodutos, os índices das obras não conformes com a ortodoxia, que devem ser proscritas. Era o caso do “realismo socialista”, que originou artes e literaturas evanescentes: evaporaram-se no esquecimento e no grotesco, ao terminarem os regimes que as criaram.

ANALISANDO À LUZ DAS TEORIAS CRÍTICAS DO CURRÍCULO

O currículo com função instrumental

Talvez seja conveniente lembrar que o nascimento do currículo, enquanto área de estudo e investigação, advém da necessidade de organizar o ensino de forma racional e eficaz. Esta preocupação surge na sequência da abertura da escolarização às massas, por imperativos da Revolução Industrial. Se nos lembrarmos que a desagregação da economia familiar, que tinha por base manufacturas domésticas, foi responsável por retirar pai e mãe do trabalho em casa para os conduzir para as fábricas, não é difícil imaginar como foi importante a criação de um espaço que albergasse os filhos, entretanto desprotegidos, a fim de os defender da marginalidade. Por outro lado, surgia aqui a oportunidade de preparar esses jovens, adolescentes e crianças para uma futura integração no mundo do trabalho fabril, que iria pressupostamente exigir, nesse contexto, mentes disciplinadas, passivas, obedientes e cumpridoras. O toque de campanha a marcar a transição de uma tarefa ou disciplina para outra constitui um elemento paradigmático da atmosfera que se pretendia criar nas escolas, ao se lhe atribuir o mesmo significado que a sirene detinha nas fábricas.

O currículo nasceu, assim, com uma função instrumental: destinava-se a processar o aluno com o máximo de eficácia e o mínimo de custos, numa lógica industrial, então prevalecente. Beyer e Liston referem mesmo que “o modelo fabril de desenvolvimento do currículo que emerge nos primeiros anos do campo realça a racionalidade técnica do processo-produto ligada a uma ênfase na eficácia e produtividade” (1996: 22). Assim, inspirado no modelo de “gestão científica” de Taylor (1985. ed. orig. 1911), o currículo a aplicar na escola tinha em vista alcançar objectivos definidos algures, noutros patamares de decisão que não ao nível do professor, cabendo a este apenas a sua clarificação a partir do seu desdobramento em comportamentos observáveis e mensuráveis que o aluno teria de demonstrar ao longo de pequenas etapas, segundo uma ordem determinada.

Ralph Tyler, com o seu “Basic Principles of curriculum and teaching”, em 1949, veio imprimir esta marca tecnicista indiscutivelmente à esfera de acção da área curricular, nas décadas que se seguiram, com as suas quatro questões fundamentais: 1. Que objectivos educacionais deve a escola procurar atingir? 2. Que experiências educacionais podem ser proporcionadas para que seja possível atingir esses objectivos? 3. Como organizar eficientemente essas experiências educacionais? 4. Como poderemos ter a certeza de que esses objectivos estão a ser alcançados?

A questão da organização e do planeamento curricular passou, portanto, a ser central para o ensino, surgindo imensos estudos a preconizar de uma forma linear e prescritiva menos ou mais etapas (lembremo-nos das sete etapas de Hilda Taba, por exemplo) para a prossecução de objectivos definidos fora da escola. Foi o período do Rationale Tyler a assumir a tecnicização do processo de ensino-aprendizagem, que acabou por culminar, no nosso País, com a chamada Pedagogia por Objectivos, ou seja, a PPO de má memória, de finais dos anos setenta e início dos anos oitenta. A proliferação de taxonomias de objectivos (como as de Bloom, Krathwohl e Harrow, bem conhecidas dos estagiários e orientadores pedagógicos de então) visavam, no fundo, ajudar o professor na especificação dos objectivos em termos comportamentais. Ora, ao levar o professor a centrar a sua atenção neste tipo detalhado de planeamento e organização de ensino, através de estratégias, metodologias e recursos materiais, o currículo, enquanto área de estudo e investigação, estava, no fundo, a considerá-lo como um mero técnico de ensino, a quem competia executar, com o máximo de eficácia e o mínimo de custos, directrizes superiormente emanadas, sem as questionar.

O currículo e aquilo que se ensina na escola

Pelo contrário, as teorias críticas, à luz das quais se pretende discutir a legitimidade da decisão política de criação de uma Biblioteca Essencial de Literatura Madeirense, vêm demonstrar quanto o currículo é muito mais do que simples regras de bem ensinar. Herdeiras de análises críticas levadas a cabo pela Escola de Frankfurt, onde pontificaram, nos anos trinta do século XX, pensadores críticos como Theodor Adorno, Walter Benjamin, Erich Fromm, Max Horkheimer, Jürgen Habermas e Herbert Marcuse, as teorias críticas centram-se na verdadeira essência do currículo, naquilo que realmente se ensina na escola, procurando analisar esse conhecimento, como resultado de determinada selecção feita por quem detém o poder, seja ele político, económico, cultural ou social.

A Biblioteca Essencial de Literatura Madeirense como uma decisão curricular

Deste ponto de vista, a criação de uma Biblioteca Essencial de Literatura Madeirense, visando “fornecer a todos [...] e, em particular, às escolas da RAM, [...] a qual poderá ser utilizada como semente para o estudo (nos estabelecimentos de ensino na nossa terra”, é uma determinação de âmbito curricular, uma vez que o documento faz uma alusão directa à sua inclusão nos conteúdos a ministrar nas escolas. Partindo deste princípio, a questão que então se levanta, do ponto de vista das teorias críticas do currículo, tem a ver com a legitimidade ou arbitrariedade desta decisão, indelevelmente marcada por um pressuposto de poder, que poderá ser legítimo ou arbitrário, obviamente. Pois, segundo estas teorias, apenas o facto de seleccionar, de entre um universo amplo, aqueles conhecimentos que constituem o currículo é, por si só, uma operação de poder. O mesmo será dizer que também é uma operação de poder a determinação de algumas obras, com exclusão de outras, que deverão fazer parte desse acervo de literatura madeirense. E são as teorias críticas do currículo, as “framework theories”, em oposição às “teorias de engenharia curricular” (J. Macdonald; 1995), que procuram analisar a relação complexa que existe entre o currículo e o poder. “As teorias tradicionais eram teorias de aceitação, ajuste e adaptação. As teorias críticas são teorias de desconfiança, questionamento e transformação radical.” (T. T. Silva. 2000: 27). Tomemos alguns autores para esta leitura.

Leituras críticas desta decisão

Louis Althusser, por exemplo, com o seu “*Idéologie et appareils idéologiques d’État*” (1970), iria desconfiar e questionar sobre o tipo de ideologia que as obras escolhidas pretendiam veicular. Além disso, levantaria reservas quanto ao controlo cultural exercido pelo Estado, neste caso, pelo Governo Regional, através da sua Secretaria Regional de Educação, utilizando a escola, um dos seus mais fortes aparelhos ideológicos, tendo em vista a manutenção do status quo.

Bourdieu e Passeron, com “*La distinction. Critique sociale du jugement*” (1979), considerariam esta determinação curricular de criação de uma Biblioteca Essencial de Literatura Madeirense como uma imposição ilegítima do capital cultural e simbólico de determinada elite, neste caso ligada ao poder político, a toda a escola, através de um processo de violência simbólica. Ao não serem ouvidos os especialistas, quer os teóricos da área da literatura e crítica literária, normalmente sediados nas universidades (neste caso, na Universidade da Madeira), quer os práticos da literatura, isto é, os escritores com obras reconhecidas por prémios literários independentes, quer ainda os práticos de ensino, no fundo, os professores de Português das escolas básicas e secundárias, a Biblioteca Essencial de Literatura Madeirense, a ser explorada nas escolas da Região, é uma arbitrariedade cultural exercida por um poder arbitrário, “as it is the imposition of a cultural arbitrary by an arbitrary power.” (ibid: 76).

Para a Nova Sociologia da Educação (NSE), movimento liderado por Michael Young que publica, em 1971, um livro significativamente intitulado de “*Knowledge and Control: New Directions in the Sociology of Education*”, constituído por capítulos escritos por si e por outros, como P. Bourdieu, B. Bernstein, G. Esland e N. Keddie, a Biblioteca Essencial de Literatura Madeirense seria equiparada a um “projecto educacional transformador”, com todo o seu quê de totalizante. Interessaria a estes sociólogos do currículo indagar a razão por que alguns autores aparecem mencionados mais vezes do que outros... reflectir sobre a relação que existe entre os autores seleccionados e o partido político do poder... indagar sobre a relação de amizade e familiar existente entre esses autores ... Procurariam investigar que interesses editoriais, profissionais, comerciais e outros estariam envolvidos nesse jogo de poder...

Michael Apple interessar-se-ia também pela análise profunda das razões que subjazem a este documento que trazemos aqui à discussão, como denotam os títulos de algumas das suas obras, tais como “*Ideology and Curriculum*” (1979), “*Education and Power*” (1985), “*Teachers and Texts*” (1988), “*Official Knowledge*” (1993), “*Democratic Schools*” (1995) e “*Cultural Politics and Education*” (1996). Também ele debateria a legitimidade do conhecimento que se pretendia instilar nas escolas com este acervo de obras pressupostamente de literatura madeirense. “Since they preserve and distribute what is perceived to be ‘legitimate knowledge’ – the knowledge that ‘we all must have’, schools confer cultural legitimacy on the knowledge of specific groups.” (1996: 63-64). Mas a questão que se levanta continua a ser a mesma: que grupo específico é esse que determinou o documento Propostas e outros contributos para uma Biblioteca Essencial de Literatura Madeirense?

O professor reflexivo que desconfia do currículo top-down

Em suma, podemos dizer que as teorias críticas do currículo atestam a passagem à maioria do professor, à transição do técnico de ensino para o verdadeiro profissional, que pela via da investigação e reflexão crítica, se torna capaz de questionar e relativizar o conhecimento, mesmo quando este vem rotulado de

Biblioteca Essencial de Literatura Madeirense. São as teorias críticas do currículo que o levam a desconfiar do conhecimento “oficial” que é pressuposto ensinar como algo de sagrado e de intocável, pois começa a ter consciência da multiplicidade de pressões de natureza política, económica, cultural e ideológica que não pode ignorar.

NOTA FINAL

Julgamos importante acrescentar que admitimos a hipótese de a iniciativa da SRE ser bem intencionada, isto é, que tenha decorrido sem uma consciência cabal de todas as implicações políticas e curriculares da sua iniciativa. No entanto, os decisores políticos, independentemente de terem, ou não, consciência de todas as implicações dos seus actos, são, à luz destas teorias críticas, representantes de algo que os transcende e os determina, sendo-lhes negada qualquer espécie de estatuto de neutralidade a coberto do qual a sua acção possa decorrer. A SRE, ao gerir o subsistema educativo da Madeira, exerce um poder delegado. A nossa motivação é contribuir para que o exercício desse poder não aconteça de modo a desconsiderar, sem réplica, o interesse legítimo dos que estão a jusante da determinação política, neste caso, os professores, os práticos da escrita, os especialistas em literatura.

(Comunicação apresentada no Colóquio “SOBRE FORMAÇÃO DE PROFESSORES - Mudanças educativas e curriculares... e os educadores/professores?”, que se realizou a 2 e 3 de Fevereiro na Universidade do Minho).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Adorno, T. (1998). *Critical models: Interventions and Catchwords*. New York: Columbia University Press.
- Althusser, L. (1983. ed. orig. 1970) *Aparelhos ideológicos de Estado*. Rio de Janeiro: Graal.
- Apple, M. (1979) *Ideology and Curriculum*. New York: Routledge.
- Apple, M. (1988) *Teachers and Texts: A Political Economy of Class and Gender Relations in Education*. New York: Routledge.
- Apple, M. (1993) *Official Knowledge: Democratic Education in a Conservative Age*. New York: Routledge.
- Apple, M., & Beane, J. A. (1995) *Democratic Schools*. New York: Routledge.
- Apple, M. (1996) *Cultural Politics and Education*. New York: Routledge.
- Apple, M. W. (1995) ‘A política do conhecimento oficial: faz sentido a ideia de um Currículo nacional?’ In A. F. Moreira, & T. T. Silva (Eds) *Currículo, Cultura e Sociedade*. (pp. 39-57). São Paulo: Cortez.
- Benjamin, W. (1978) *Reflections*. New York: Harcourt Brace Jovanovich.
- Bernstein, B. (1975) *Class, codes and control*. Londres: Routledge and Kegan Paul.
- Beyer, L., & Liston, D. (1996) *Curriculum in conflict: social visions, educational agendas and progressive school reform*. New York: Teachers College Press.
- Bloom, B. S., et al. (1956) *Taxonomy of educational objectives*. New York: Longmans.
- Bourdieu, P., & Passeron, J.-C. (1979) *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris : Éditions Minuit.
- Fromm, E. (1976) *To have or to be?* New York: Harper & Row.
- Habermas, J. (1979) *Connaissance et intérêt*. Paris : Gallimard.

- Harrow, A. J. (1972) A taxonomy of the psychomotor domain. New York: David McKay Co., Inc.
- Horkheimer, M. (1974) *Théorie traditionnelle et théorie critique*. Paris : Gallimard.
http://www.madeira-edu.pt/docs_destaques/BibliotecaLiteraturaMadeirense.pdf (accedido a 30 de Janeiro de 2004).
- Krathwohl, D. R. (1964). Taxonomy of educational objectives: Handbook II. Affective domain. New York: David McKay Co., Inc.
- MacDonald, J. (1995) 'Theory, practice and hermeneutic circle'. In B. MacDonald (Ed) *Theory as prayerful act. The collected essays of James B. Macdonald*. New York: Peter Lang. Pp. 173-186.
- Mannheim, K. (1957) *Systematic Sociology. Introduction to the study of society*. London: Routledge & Paul.
- Marcuse, H. (1968) *La fin de l'utopie*. Paris : Le Seuil.
- Silva, T. T. (2000) *Teorias do Currículo. Uma introdução crítica*. Porto: Porto Editora.
- Taba, H. (1983) *Elaboración del currículo*. Buenos Aires: Troquel.
- Taylor, F. (1985) *Principles of Scientific Management*. Easton: Hive.
- Tyler, R. W. (1949) *Basic Principles of curriculum and instruction*. Chicago: University of Chicago Press.
- Williams, R. (1961) *The Long Revolution*. New York: Chatto & Windus.
- Young, M. (Ed) (1971) *Knowledge and Control: New Directions in the Sociology of Education*. London: Collier-Macmillan.